

# Enem e Educação

## POLÍTICAS PÚBLICAS

# Desafios na elaboração de planos para primeira infância em municípios pernambucanos

O relatório do Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) mostra que 99 municípios pernambucanos ainda não elaboraram o Plano Municipal da Primeira Infância

MIRELLA ARAÚJO

O Tribunal de Contas do Estado (TCE-PE) divulgou um relatório que mapeou a existência de instrumentos que assegurem políticas públicas voltadas às crianças de zero a seis anos, em Pernambuco. Segundo o levantamento, 144 cidades pernambucanas (84%) não possuem Marco Legal pela Primeira Infância, e 99 cidades (54%) não elaboraram ainda o Plano Municipal (PMPI) com essa finalidade.

O estudo, divulgado nessa quinta-feira (14), foi feito com base nas respostas de 172 das 184 prefeituras do Estado a um questionário eletrônico enviado pelo TCE-PE sobre a existência, ou não, do documento e da norma, e nas informações extraídas da campanha do Selo Unicef. Apenas os municípios de Calçado e São José do Belmonte, e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha, não responderam à pesquisa.

“Nós temos identificado uma série de desafios para que os municípios consigam elaborar seus Planos para a primeira infância. Falta capaci-

THIAGO LUCAS/ DESIGN SJCC

**Saiba mais**

**Distribuição dos Planos Municipais pela Primeira Infância e Marco Legal conforme a Região de Desenvolvimento dos municípios pernambucanos**

Região de Desenvolvimento	Nº de Municípios	PMPI	%	População 0 a 6
Agreste Central	27	16	59%	121.700
Agreste Meridional	26	10	38%	82.427
Agreste Setentrional	19	2	11%	59.719
Mata Norte	19	10	53%	63.131
Mata Sul	23	5	22%	85.413
Metropolitana	15	3	20%	343.622
Sertão Central	8	4	50%	20.769
Sertão de Itaparica	7	3	43%	19.099
Sertão do Araripe	10	5	50%	43.277
Sertão do Moxotó	7	2	29%	27.776
Sertão do Pajeú	17	9	53%	37.439
Sertão do São Francisco	7	5	71%	60.615

Fonte: TCE/PE

Thiago Lucas/ Design SJCC

**Distribuição dos Planos Municipais pela Primeira Infância e Marco Legal conforme a Região de Desenvolvimento dos municípios pernambucanos**

tação para os agentes, financiamento para programas destinados a garantir os direitos das crianças, bem como ainda há baixa compreensão sobre a importância dos primeiros anos de vida para o desenvolvimento integral do ser humano”, explicou o auditor do TCE-PE, Diego Maciel.

Outro grande desafio, é a decisão do gestor municipal de dar prioridade absoluta aos direitos das

crianças. O Marco Legal é a lei que estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação das políticas públicas voltadas à primeira infância, enquanto o PMPI é aprovado por Lei (nº 17.647/22) e organiza as ações, programas e iniciativas do município, por meio de metas e indicadores.

A elaboração deve ser feita mediante um processo democrático e participativo, envolven-

do órgãos da administração pública, a sociedade civil e a participação das crianças.

### ATUAÇÃO DO TRIBUNAL

Em Pernambuco, a vida e o desenvolvimento integral de mais de 840 mil meninas e meninos (9,3% da população) de zero a seis anos dependem de serviços públicos acessíveis e de qualidade nas áreas de saúde, educação, assis-

tência social, saneamento básico, urbanismo, cuidados responsivos, entre outros.

“O Tribunal de Contas tem atuado fortemente em benefício da primeira infância em três eixos principais de ação: fiscalização, comunicação e orientação pedagógica. Foram realizadas operações em áreas sensíveis à primeira infância, como no transporte e infraestrutura escolar e no programa de imunização (vacinas). Também disponibilizamos uma capacitação para ajudar os gestores na elaboração do Plano Municipal pela Primeira Infância, via Escola de Contas, e promovemos seminários e lives sobre a temática”, informou o auditor Diego Maciel ao JC.

### “PODEMOS AVANÇAR COM MAIS RAPIDEZ”

O diretor-executivo do Instituto Pipa, Rogério Moraes, destacou que esse é o primeiro levantamento oficial feito por um órgão do Estado e que a partir dos índices apontados, será possível fazer com que Pernambuco possa avançar mais rápido no que diz respeito ao fortalecimento de ações e políticas públicas para a primeira infância.

Rogério avalia que não estamos em um cenário ruim, do ponto de vista nacional, mas que o principal entrave para que os municípios possam implementar o Plano Municipal pela Primeira Infância, tem sido a carência de suporte técnico. “É claro que ainda tem alguns municípios que você também precisa fazer a defesa da causa, uma sensibilização”, disse Moraes ao JC.

Continua na próxima página

